

AVALIAÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE NO ESTADO DO MARANHÃO DE 2006 A 2015

RESUMO

A intervenção do Estado no desenvolvimento pode ocorrer através de fomento e crédito subsidiado para investimento. Este trabalho analisa um dos mecanismos de subsídio atuantes no Nordeste, região com menor renda *per capita* e maior contingente de extremamente pobres, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que não apresenta clara influência na melhoria dos indicadores de renda e emprego. Nesse sentido, analisa-se os resultados do FNE no Maranhão, onde observa-se que os grandes volumes de recursos são concentrados em empresas de grande porte, mostrando diferencial entre os objetivos e diretrizes propostas por lei ao regimento do FNE.

Palavras-Chave: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Maranhão. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The state intervention in development may occur through subsidized investments and credit. This paper analyzes one of those subsidy mechanisms operating in Northeast, region with lower income per capita and larger contingent of extremely poor, the Constitutional Fund for Financing Northeast (FNE), has no clear influence on the improvement of income and job indicators. With that in mind, were analyzed the results of the FNE in Maranhão, where it is observed that the large volumes of resources are concentrated in large companies, showing a difference between the objectives and guidelines proposed by law to the FNE regiment.

Keywords: Constitutional Fund for Financing Northeast. Maranhão. Economic Development.

1. INTRODUÇÃO

Em 1988, diante de um cenário reprimido para os investimentos financiados via capital estrangeiro, sobretudo em função da crise da dívida externa do país, a capacidade das instituições brasileiras de fomento foi consideravelmente reduzida. Para ilustrar, quase 50% dos recursos financiados pelo BNDES entre 1950-1970 advinham de bancos internacionais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Eximbank (ARAÚJO, 2007), enquanto o Banco do Nordeste (BNB) em 1961, por exemplo, captou US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cerca de US\$ 80 milhões se atualizados pela inflação dos Estados Unidos até 2015. A esse panorama uniu-se a necessidade de manter as políticas nacionais de desenvolvimento regional e deu-se origem aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro Oeste (FCO); do Norte (FNO) e por fim o do Nordeste (FNE) financiados por 3% da arrecadação de IPI e IR, distribuídos nas alíquotas de 0,6% para o FCO e para o FNO e 1,8% para o FNE, entrando em ação em 1989.

Desde o início de seu funcionamento, os Fundos Constitucionais de Financiamento Regional foram alvos de estudos por diferentes autores¹ que buscaram interpretar e projetar o desenvolvimento brasileiro em escala regional e por Unidades da Federação. O FNE, dado a maior representatividade no fluxo de captação de recursos e a região alvo de sua atuação, concentradamente na região Nordeste², atuando por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), é grande alvo de estudos, tendo em vista a situação precária dos indicadores socioeconômicos nordestinos em relação às demais.

Tais pesquisas apontam que o FNE é uma excelente ferramenta e possui grande potencial para mudanças estruturais na região nordestina, além disso, atua como processo alternativo à guerra fiscal, ampliando a capacidade de atuação da SUDENE em traçar estratégias para o desenvolvimento regional e do BNB, gestor financeiro do Fundo. Vale ressaltar que entre 1989 e 2015 o FNE financiou a cifra de R\$ 12,3 bilhões³. Apesar disso, tais pesquisas apontam

¹ Ver Santos, Matos, Silva (2016) para Pernambuco; Silva, Matos & Santos (2016) para Sergipe; Resende & Silva (2014) sobre a Bahia; Silva, Resende & Silveira Neto (2007; 2009), Resende (2012; 2014), Galeano & Feijó (2012) e Soares, Sousa & Pereira Neto (2009) na elaboração do estudo regional.

² O FNE financia a região de atuação da SUDENE que além do Nordeste, após 1955 inclui parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sob a justificativa de fazerem parcialmente parte da região da seca do semiárido brasileiro.

³ Fonte: Ministério da Integração Nacional, Valor Nominal devido às conversões monetárias e elevadas taxas de inflação entre 1989 e 1993, que provocariam grandes distorções.

ineficiências quanto à alocação e distribuição dos recursos e divergências quanto aos impactos esperados que foram especificados em seus objetivos regulamentados por lei⁴:

[...] os fundos são importantes fontes de recursos para as economias receptoras. O FNE tem dado algumas contribuições para o desenvolvimento da região Nordeste e diminuição das desigualdades inter-regionais. No que concerne à diminuição das desigualdades intrarregionais, apesar de falhas na distribuição, seja espacial ou por porte do tomador, o FNE contribui de certa forma para a desconcentração. No entanto, eles possuem capacidade limitada de configurar-se como política regional, é necessário aperfeiçoamento nos mecanismos de repasses dos recursos para melhor distribuição deste e maior inclinação do Governo Federal com vistas a ações para promoção do desenvolvimento regional articulado e a modernização da economia da região (SILVA; MATOS; SANTOS, 2016, p. 25).

Embora os estudiosos do FNE pesquisem seus impactos na região e nas Unidades da Federação, o Maranhão ficou à parte das críticas e das análises de impacto das alocações financeiras do Fundo por estes autores ou quando inserido, estava no agregado total de pesquisas quanto à região Nordeste e não estudado isoladamente. Para apurar as relações existentes, os montantes de financiamento do FNE no Maranhão foram divididos em três tipos, conforme os principais setores da economia, classificados pelo IBGE: Comércio e Serviços⁵, Indústria e Agropecuária. Para análise, adota-se como metodologia o estudo descritivo e qualitativo acerca dos recursos do FNE aplicados no Maranhão, caracterizando o Fundo e a economia maranhense para avaliar a eficiência da alocação dos montantes financeiros do FNE dentro do Estado. Posteriormente, apresenta as correlações entre as variáveis que constituem o FNE e as que constituem a economia maranhense, com intuito de observar se existe espaço para análises de causalidade.

As variáveis, são estudadas no período de 2006-2015 e podem ser divididas quanto ao FNE e quanto ao Maranhão. As variáveis investigadas do FNE fornecidas pelo Ministério da Integração Nacional via solicitação formal são: valores dos financiamentos, porte dos tomadores de recursos e setor da economia receptor do recurso. As variáveis maranhenses são: PIB total do Estado e por setor da economia; população ocupada total e por setor; número de empregos formais totais e por setor; remuneração total e por setor e remuneração média e por setor.

O período de 2006 até 2015 como corte temporal, origina de dois fatores: o primeiro refere-se ao número de estudos sobre o tema realizados em períodos prévios e o segundo, encontra-

⁴ Lei nº 7.827, de 27/09/1989.

⁵ O IBGE utiliza “Serviços” para englobar ambas atividades de comércio e serviços, aqui, foi optado por deixar ambos os nomes na classificação para facilitar interpretação e, devido às dificuldades em separar os montantes do FNE entre esses setores.

se na disponibilização de dados, sobretudo, quanto à abertura por setores da economia em Agropecuária, Comércio e Serviços e Indústria.

As análises de correlação linear tem o intuito investigar se existe alguma força ou relação entre as variáveis do FNE agropecuário, FNE industrial, FNE Comércio e Serviços, que refere-se ao montante do FNE aplicado no setor de referência, com o PIB, PIB *per capita*, emprego formal e a remuneração dos trabalhadores. Destaca-se que a análise de correlação não implica em causa ou consequência das forças encaixando-se apenas como um estudo inicial para descobrir se x e y possuem alguma característica compartilhada ou correlata para suas transformações no decorrer do tempo. Os resultados das correlações foram testadas pelo teste-t de hipótese, admitindo nível de significância de 5%, com objetivo de averiguar os valores obtidos nas correlações dos pares de variáveis utilizados quanto a existência ou não de correlação significativa.

Com base nesses dados e métodos define-se que este estudo objetiva investigar as características do FNE no Maranhão para os anos de 2006-2015 quanto a distribuição dos recursos financeiros na economia estadual e seus possíveis impactos nos agregados socioeconômicos do mercado de trabalho e na produção por setores da Economia.

2. O FNE E O MARANHÃO

Entre 2006 e 2015 o FNE emprestou R\$ 126,4 bilhões para financiamento da economia nordestina e do semiárido. Deste montante total, o Maranhão abocanhou R\$ 14,2 bilhões (11,2%), posicionando-se como o quarto maior tomador de empréstimos do Fundo dentre as demais Unidades da Federação, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Valores Financiados pelo FNE distribuídos por Unidades da Federação entre 2006-2015 e participação (%) do total acumulado do período. (Em R\$ milhões a preços de 2015).

UF	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Part (%)
BA	2.559,2	2.071,4	3.018,0	2.667,4	3.728,3	3.671,8	3.050,7	3.578,6	3.837,3	3.211,6	31.394,3	24,8%
CE	1.008,0	868,9	1.993,1	2.410,9	2.789,3	2.365,6	1.969,8	1.992,1	1.842,0	1.795,3	19.035,0	15,1%
PE	915,6	855,0	1.429,6	2.060,5	2.288,3	1.846,4	3.538,4	2.145,5	2.095,5	1.229,9	18.404,7	14,6%
MA	796,6	895,2	1.476,0	1.997,9	1.306,3	1.993,5	1.355,1	1.663,2	1.469,3	1.218,3	14.171,4	11,2%
PI	442,4	355,9	614,6	684,5	1.087,9	1.095,9	1.251,3	1.363,0	1.244,8	1.061,5	9.201,8	7,3%
RN	469,4	310,4	780,7	1.017,4	1.036,9	1.199,0	793,7	941,4	998,1	595,7	8.142,7	6,4%
PB	532,3	445,5	666,4	815,9	752,7	590,2	782,8	899,4	608,2	631,5	6.724,9	5,3%
SE	380,3	334,4	640,9	650,5	620,4	501,8	593,3	669,9	1.306,8	372,1	6.070,4	4,8%
MG	288,4	301,7	532,1	425,6	685,8	671,8	852,7	637,3	613,0	796,9	5.805,3	4,6%
AL	385,7	407,0	571,8	704,4	654,6	561,3	641,1	757,2	635,9	430,7	5.749,7	4,5%
ES	105,2	139,1	187,2	165,1	170,1	143,3	101,0	340,7	238,2	151,8	1.741,7	1,4%
Total	7.883,1	6.984,5	11.910,4	13.600,1	15.120,6	14.640,6	14.929,9	14.988,3	14.889,1	11.495,3	126.441,9	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Ministério da Integração.

Quanto a distribuição do FNE por setor da economia no Estado, entre os anos de 2006 e 2015, o Setor que mais recebeu recursos foi a Agropecuária com a cifra de R\$ 8,1 bilhões (57,1% do total), seguido do Comércio e Serviços que somou R\$ 3,4 bilhões (23,9% do total) conforme a Tabela 2, estes dois setores carregaram 81% dos recursos destinados a economia maranhense, somando a cifra de R\$ 11,5 bilhões. O setor que menos captou recursos do FNE foi o de Infraestrutura⁶ (R\$ 947,8 milhões).

Tabela 2: Distribuição dos Recursos Financiados pelo FNE por Setores da Economia no Maranhão de 2006 até 2015, Participação (%) do total acumulado e média no Período. (Valores em R\$ milhões a preços de 2015).

Ano/Setor	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Infraestrutura	Total
2006	646,0	36,6	114,1	-	796,6
2007	543,1	57,5	278,8	15,9	895,2
2008	757,6	456,9	249,0	12,5	1.476,0
2009	786,8	218,3	450,2	542,7	1.997,9
2010	832,4	86,3	323,4	64,2	1.306,3
2011	972,0	541,8	399,5	80,2	1.993,5
2012	812,2	75,2	324,8	142,9	1.355,1
2013	992,4	91,1	489,3	90,4	1.663,2
2014	913,7	134,3	421,3	-	1.469,3
2015	836,8	36,2	345,3	-	1.218,3
Total Part (%)	8.092,8	1.734,3	3.395,6	948,8	14.171,5
Part (%)	57,1	12,2	24,0	6,7	100,0
Média	809,3	173,4	339,6	135,5	1.417,1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ministério da Integração.

Em análise “intra” setores, ou seja do recurso do FNE aplicado em determinado setor em percentual do PIB do mesmo setor, o FNE Agropecuária entre os anos de 2006 a 2015 representou 6,9% do PIB do Setor da Agropecuária, enquanto o FNE Comércio e Serviços e o FNE indústria, respectivamente 0,75% e 1,6% do PIB de seus referidos setores (Tabela 3).

Tabela 3: Relação (%) entre Montante do FNE e PIB total e por Setores da Economia do Maranhão de 2006 a 2015.

FNE Setor/PIB Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Total	1,62	1,72	2,47	3,37	2,01	2,89	1,80	2,09	1,71	1,45	2,11
FNE Comércio e Serv.	0,36	0,84	0,68	1,11	0,74	0,89	0,63	0,91	0,72	0,61	0,75
FNE Agropecuária	7,89	5,61	5,71	7,99	7,42	8,04	7,19	7,54	6,11	5,57	6,91
FNE Indústria	0,38	0,62	4,53	2,40	0,84	4,49	0,60	0,71	1,05	0,30	1,59

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ministério da Integração, IBGE.

⁶ Como o setor de infraestrutura possui características diferentes dos demais, menos dados disponíveis para análise e também passa por mudanças no seu processo de alocação do FNE, a partir deste ponto ele será colocado à parte do estudo deste trabalho.

Quanto às operações de financiamento no Maranhão, o FNE realizou 502,7 mil aplicações entre 2006 e 2015. A maioria dos pedidos atendidos foram a mini e pequeno-médio empresas que juntas possuem respectivamente 95,14% e 3,25% do total de pedidos no período, totalizando 494,7 mil pedidos. As duas categorias de maior porte atendidas pelo FNE, Grande e Médio, não chegam a 1% do total de atendimentos. (Tabela 4).

Tabela 4: Valor financiado, quantidade de pedidos atendidos pelo FNE por Porte das Empresas no Maranhão e participação do total acumulado no o período de 2006 até 2015. (Valores em R\$ milhões a preços de 2015).

Porte da Empresa	R\$	Qtd	R\$ (%)	Qtd (%)
Grande	6.055,0	1.031,0	42,7	0,2
Médio	1.879,1	2.589,0	13,3	0,5
Micro	150,6	3.833,0	1,1	0,8
Mini	3.170,3	478.307,0	22,4	95,1
Pequeno	-	-	-	-
Pequeno-Médio	2.112,0	16.360,0	14,9	3,3
Não Especificado	804,5	602,0	5,7	0,1
Total Geral	14.171,5	502.722,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Integração.

No que tange ao valor das contratações, as mini e pequenas-médio empresas respondem juntas por 37,3% dos recursos, enquanto as empresas de Grande porte recebem 42,7% e as de Médio 13,3% somando mais da metade dos recursos de financiamento do Estado (60%).

Tabela 5: Distribuição dos Recursos do FNE por Setores da Economia e Porte do Tomador Acumulado no período de 2006-2015 (Total em R\$ e Participação em %).

Setor	Agropecuária		Indústria		Comércio e Serviços	
	Total	Part (%) Total FNE	Total	Part (%) Total FNE	Total	Part (%) Total FNE
Grande	2.887,7	35,7	1.060,4	61,1	1.381,3	79,6
Médio	705,9	8,7	367,1	21,2	583,0	33,6
Micro	-	-	15,3	0,9	135,3	7,8
Mini	3.170,1	39,2	2,5	0,1	-	-
Pequeno	762,7	9,4	209,7	12,1	1.139,6	65,7
Pequeno-Médio	568,8	7,0	79,2	4,6	156,5	9,0
Total FNE	8.095,1	57,1	1.734,3	12,2	3.395,6	24,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério da Integração, ¹valores inflacionados pelo IPCA.

Na análise por setor da economia e porte do tomador no período de 2006-2015, os recursos da Agropecuária concentraram-se em empresas de categoria Mini (39,2%) e Grande (35,7%); os da Indústria, sobretudo em Grandes empresas (61,1%) e os do Comércio e Serviços nas categorias Grandes (40,7%) e Pequenas (33,6%) empresas. Pode-se afirmar que há grande concentração de valores financiados na categoria de Grandes empresas para todos os setores da Economia Maranhense, conforme a tabela 5.

2.1 Indicadores Maranhenses e FNE

Para analisar os impactos do FNE agregado e por setor da economia maranhense nos anos de 2006-2015, escolheu-se algumas variáveis macroeconômicas estaduais para serem cruzadas com as informações do Fundo. Foram escolhidas o PIB e PIB *per capita*, com informações de 2006-2014 disponíveis no site do IBGE e a projeção para 2015 realizada pelo IMESC (2016) (Tabela 6) além de alguns dados para análise do mercado de trabalho.

Tabela 6: PIB Setorial Maranhense, *per capita* e por trabalhador. De 2006 a 2015 (valores¹ em R\$).

Ano	PIB			PIB Setores (R\$ milhões)		
	Total (Milhões)	<i>Per capita</i>	Por Trabalhador ²	Indústria	Agropecuária	Comércio e Serviços
2006	49.173,70	7.770,81	17.456,05	8.783,78	9.151,91	31.238,01
2007	51.985,16	8.116,34	17.580,37	8.767,16	11.534,31	31.683,69
2008	59.774,57	9.227,32	20.929,47	9.176,40	9.914,99	40.683,19
2009	59.341,65	9.061,18	21.368,98	9.316,02	10.223,02	39.802,61
2010	65.111,74	9.903,24	22.946,87	11.409,98	11.422,84	42.278,92
2011	68.872,49	10.308,71	23.765,53	11.417,62	10.317,90	47.136,97
2012	75.415,25	11.184,23	25.677,65	12.172,39	12.471,22	50.771,64
2013	79.600,06	11.702,45	26.106,94	11.808,11	13.822,48	53.969,47
2014	86.167,54	12.564,53	27.337,42	12.229,75	15.404,54	58.533,26
2015	83.976,57	12.152,90	28.408,85	11.695,19	15.283,49	56.997,88
Média	67.941,87	10.199,17	23.157,81	10.677,64	11.954,67	45.309,56

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE, IMESC, 2016. *Valor projetado; ¹Valores à preços de 2015 atualizados pelo IPCA ²pib/população ocupada.

Entre 2006-2015, o setor que contribuiu com a maior parcela do PIB do Maranhão foi o de Comércio e Serviços, e a Indústria foi a que deteve a menor parte da contribuição para o PIB.

Para analisar o mercado de trabalho, foram separados dados sobre População Ocupada (Tabela 7), Empregos Formais (Tabela 8) a Remuneração Média e a Remuneração Total (Tabela 9), todos na escala estadual para o Maranhão e setores da economia. Os dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e pelo sistema de RAIS, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme as tabelas a seguir.

Tabela 7: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Mil pessoas), e grupamentos de atividade no Maranhão, de 2006 a 2015.

Grupamento de Atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Taxa Cresc. (%) a.a.
Agrícola	1.129	1.170	999	953	1.205	1.172	1.199	1.217	1.217	1.108	-0,21
Indústria	381	379	435	418	350	415	442	449	449	443	169
Comércio e Serviços	1.307	1.408	1.422	1.406	1.343	1.350	1.408	1.486	1.486	1.405	0,81
Total	2.817	2.957	2.856	2.777	2.898	2.937	3.049	3.152	3.152	2.956	0,54

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNAD/IBGE (2016); *Taxa de crescimento geométrico.

Na Tabela 7, tem-se a distribuição da população ocupada no Maranhão por setores da Economia, conforme observa-se, a concentração da ocupação ocorre, desde o início da série, nos setores de Comércio e Serviços e da Agropecuária (média de 49,4% e 40,0% respectivamente). Na Tabela 8, tem-se a mesma distribuição para o emprego formal, o qual concentra-se, sobretudo, no setor de Comércio e Serviços.

Tabela 8: Número de empregos formais no Maranhão, segundo setores de atividade, de 2006 a 2015, taxa de crescimento a.a. (%).

Ano	Total	Indústria	Agropecuária	Comércio e Serviços
2006	437.433	56.477	14.341	366.615
2007	482.938	68.850	17.624	396.464
2008	540.010	83.092	17.204	439.714
2009	562.275	80.841	17.495	463.939
2010	636.625	103.684	17.894	515.047
2011	675.274	107.771	19.731	547.772
2012	696.348	107.916	19.654	568.778
2013	721.490	109.516	18.653	593.321
2014	738.826	106.295	18.909	613.622
2015	722.866	98.822	17.413	606.631
Tx de cres. (%) a.a.	5,74	6,41	2,18	5,76

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de RAIS – MTE (2016) *Taxa de crescimento geométrico.

Tratando-se da remuneração anual por setor, a Agropecuária que possui o segundo maior contingente de população ocupada possui os menores valores em remuneração total e média anual, além dos menores registros de empregos formais, ilustrando a precariedade da mão de obra estadual no setor, no que tange aos salários e qualidade de emprego.

2.2 Estudo das Correlações

Nessa seção é apresentada a correlação entre os valores alocados do FNE por Setor e os indicadores da economia Maranhense exibidos previamente. Deve-se destacar que esta análise não implica na existência de relações de causalidade, ou seja, não pode-se afirmar que o maior volume de investimentos do FNE no Estado serviu para melhorar ou não o desempenho da economia, aumentar a produção ou número de emprego no Estado, nem que a melhora da economia maranhense proporcionou maiores recursos ao FNE.

A Tabela 9 apresenta a correlação entre a remuneração total com os respectivos montantes de investimento do FNE no período de 2006 até 2015. Segundo os dados, os setores Agropecuária e Comércio e Serviços apresentaram coeficientes de correlação fortes (acima de 0,5)

e significancia para o teste-t ao nível de 5% para todas as variáveis, enquanto que a Indústria não obteve resultados relevantes de correlação e o teste-t resultou em nulo.

Tabela 9: Correlação entre recursos aplicados do FNE por Setores da economia e valores das Remuneração Total do Maranhão de seus respectivos setores.

FNE	Remuneração Total								
	Comércio e Serviço	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviço	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviço	Agropecuária	Indústria
FNE Com. e Serv.	0,71*			0,74*			0,76*		
FNE Agropecuária		0,80*			0,77*			0,65*	
FNE Indústria			0,05			-0,12			0,2

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ministério da Integração, RAIS, IBGE *significativos ao nível de 5%.

Na correlação entre os montantes do FNE com o PIB de seus respectivos setores (Tabela 10), os resultados foram satisfatórios para os coeficientes da Agropecuária e Comércio e Serviços, que inclusive apresentaram significancia ao nível de 5%, assim afirma-se que existe correlação positiva entre o FNE e o PIB destes setores, abrindo-se espaço para a investigação que mensura a relação de impacto entre o FNE e esses setores.

Tabela 10: Correlação entre Montante do FNE por Setor e PIB do respectivo Setor.

FNE	PIB dos Setores		
	Com. e Serv.	Agropec.	Indústria
Comércio e Serviços	0,66*		
Agropecuária		0,64*	
Indústria			0,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ministério da Integração, IBGE, IMESC, 2016. *significativos ao nível de 5%.

Já pela Tabela 11 que investiga a correlação entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de crescimento dos valores do FNE por respectivos setores, tem-se apenas significância no setor Comércio e Serviços.

Tabela 11: Correlação entre Taxa Crescimento do Montante do FNE por Setor e Taxa de crescimento do PIB do respectivo Setor.

FNE	PIB dos Setores		
	Com. e Serv.	Agropec.	Indústria
Comércio e Serviços	0,75*		
Agropecuária		0	
Indústria			0,36

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ministério da Integração, IBGE, IMESC, 2016. *significativos ao nível de 5%.

Conforme as correlações apresentadas, observa-se a necessidade de ampliar as análises econométricas que busquem mensurar os impactos, sobretudo, ao analisar os setores do Comércio e Serviços e da Agropecuária, que conforme observado, possuem maiores correlações com os financiamentos do FNE (tabelas 9, 10 e 11).

Pode-se afirmar que o volume de financiamento do FNE, possui alguma correlação positiva com as estatísticas de remuneração total e média e de emprego formal nos setores da Agropecuária e Comercio e Serviços, contudo, não há correlação com o setor da Indústria. Nota-se correlação significativa para os setores da Agropecuária e Comércio e Serviços, enquanto para PIB da Indústria não há correlação com os montates do FNE. Quanto às correlações referentes à taxa de crescimento do PIB dos respectivos setores, somente o Comércio e Serviço apresentou significância, ou seja, as oscilações do FNE possuem alguma correlação com o PIB deste setor.

3. CONCLUSÃO

A partir da análise dos dados, conclui-se que a alocação financeira do FNE no Maranhão segue o padrão das investigações de Silva, Matos & Santos (2016); Resende & Silva (2014), Silva, Resende & Silveira Neto (2007; 2009); Resende (2012; 2014); Galeano & Feijó (2012); Soares, Sousa & Pereira Neto (2009), concluindo que houve centralização dos financiamentos no setor Agropecuário e de Comércio e Serviços, com baixo destino ao setor Industrial; com composição alocativa dos montantes focadas nos grandes empreendimentos, e por sua vez, fugindo dos critérios estabelecidos pela Constituição Federal.

No que diz respeito a centralidade dos recursos no setor da Agropecuária, há baixa eficácia das inversões financeiras, tendo em vista que o setor recebeu em média anual 6,9% do seu PIB em investimento e não conseguiu apresentar efeitos multiplicadores na produção e nem na qualidade do mercado de trabalho.

Já para o setor de Comércio e Serviços, a concentração relativa de financiamentos tem consequências mais danosas na eficiência, pois independente da estrutura da empresa tomadora, o impacto no setor produtivo é relativo e depende dos demais setores. Como o Estado não possui uma estrutura de serviços tecnológicos que elevem a remuneração, os financiamentos tem menor impacto na propagação para o consumo e, conseqüentemente, na geração de demanda local.

O setor da Indústria, que possui maior potencial de elevação da produção e da remuneração da força de trabalho, caminha na contramão dos demais. No que tange a captação de recursos, a Indústria recebe menos financiamento que segue centralizado em grandes empreendimentos, o que dificulta a diversificação e adensamento das cadeias produtivas nas regiões mais pobres e de dinamismo tipicamente agrícola.

Deste modo, recomenda-se melhor distribuição dos recursos do FNE em três dimensões. A primeira, refere-se à realocação dos exagerados montantes no setor de Comércio e Serviços para a Indústria, que recebe parcela pouco significativa e possui maior impacto potencial na economia do Estado. A segunda dimensão consiste na distribuição entre porte das empresas, sobretudo, do setor Agropecuário que possui menor remuneração e precisa de atenção para os pequenos produtores, que possivelmente respondem pela maior parcela da população ocupada e remuneração abaixo da média do setor. A terceira encontra-se na integração estratégica dos recursos do FNE, tendo em vista tanto as políticas estaduais de desenvolvimento como as peculiaridades locais de produção, traçando estratégias condizentes entre os financiamentos de cada setor e sua interrelação, pois, embora não tenha sido abordado as dimensões municipais, os valores estão dispersos e são atendidos com base na demanda pelos empréstimo e não “ofertados estrategicamente” com objetivo de adensar as produções locais.

O estudo apresentado, utilizou o agregado da economia maranhense, sem se voltar para as questões em escala municipal como fizeram outros autores. Deste modo, embora o FNE transpareça impactos reduzidos no desenvolvimento socioeconômico do Estado, conforme observado, é possível que tenha maior relevância em escala municipal, pois pode haver distribuições diferentes entre municípios mais ricos e mais pobres. Tais brechas são possibilidades para estudos adicionais que mensurem outras escalas de abordagem, a exemplo da escala municipal e dos programas específicos do FNE que possuem relevância para o desenvolvimento regional. A ausência de análises de causalidade também é um aspecto relevante a ser aprofundado estatisticamente e cuja metodologia já foi definida em estudos de outros autores para outros Estados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, V. L. D. **A criação do BNDE e a controvérsia Lafer-Jafet**. XII Encontro Nacional de Economia Política, 2007. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1189&title=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20BNDE%20e%20a%20controv%C3%A9rsia%20Lafer-Jafet>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GALEANO, E. A. V.; FEIJÓ, C. **Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira**. Revista Econômica do Nordeste, v. 43, p. 201-219, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRAFICOS (IMESC). **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense, 2º trimestre de 2016**. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**. Acesso em: <<http://www.integracao.gov.br/2016-03-29-14-10-33>> Dados solicitados em: 20 julho de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2016.

RESENDE, G. M. **Measuring micro and macro-impacts of regional development policies: the case of the FNE industrial loans in Brazil, 2000-2006**. Regional Studies, 2012.

RESENDE, G. M. SILVA, L. A. D. F. **Avaliação dos Impactos Econômicos do Fundo Constitucional De Financiamento Do Nordeste (FNE): O Caso Da Bahia, 2004-2010**. X Encontro de Economia Baiana, Salvador, Setembro 2014. 753-778. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/fd/avaliacao_dos_impactos.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

SILVA, E. C. D. S.; MATOS, E. N.; SANTOS, W. **O Desenvolvimento regional brasileiro e o seu financiamento: o caso do FNE em Sergipe**. XXI Encontro Nacional de Economia Política, São Bernardo, 2016.

SILVA, A. M. A.; RESENDE, G. M.; NETO, R. D. M. S. **Eficácia do Gasto Público: Uma Avaliação do FNE, FNO e FCO**. Estudos Econômicos, São Paulo, n. 39, v.1, jan./mar., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n1/v39n1a04.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Uma avaliação da eficácia do FNE, no período 1995-2000**. Análise econômica, Porto Alegre, n. 25, set., 2007. p.233-261. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10905/6482>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

_____. **Avaliação dos Impactos Econômicos do Fundo Consitucional de Financiamento do nordeste (FNE) entre 2004 e 2010**. In: APLICADA, I. -I. D. P. E. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: IPEA, 2014. cap. 3.

SOARES, R.; SOUSA, J.; NETO, P. **A Avaliação de impactos do FNE no emprego, na massa salarial e no salário médio em empreendimentos financiados**. Revista Econômica do Nordeste, n. 40, 2009.p. 217-234. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1126>. Acesso em: 2 set. 2016.